

Maria Cecília Mattesco Caixeta

De: André Marques <outlook_113240247B69475D@outlook.com> em nome de André Marques <andre@infrass.com.br>
Enviado em: segunda-feira, 26 de agosto de 2024 08:59
Para: CX - CPL VALEC
Cc: daniel@infrass.com.br; Mateus Lone
Assunto: Lote 6 - Recurso Administrativo - INFRAS
Anexos: Recurso licitação INFRA SA LOTE 6 x Consórcio GRAF-GRAFIN.pdf; Procuração licitação INFRA S.A..pdf

Prioridade: Alta

Prezados, bom dia,

Em anexo queiram encontrar nosso recurso administrativo, assim como a procuração.

Tentei postar junto ao sistema licitacoes-e, porém o processo não está mais aparecendo mais no sistema!

Peço gentilmente que confirmem o recebimento.

Desde já agradeço.

Sds,

André Marques
Diretor
(41) 99995-0418

INFRAS
ENGENHARIA
Rua Bocaiúva, 2125, 1ª andar
Centro, Florianópolis, SC
88.015-530
www.infrass.com.br

PROCURAÇÃO

INFRAS ENGENHARIA - LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 36.961.083/0001-00, localizada na Rua Bocaiuva, nº 2125, Florianópolis, Santa Catarina, SC, CEP: 88.015-530, devidamente constituída, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. Andre Marques, brasileiro, engenheiro, CPF nº 029.761.579-36, nomeia e constitui sua procurador a Dr^a. Paula Bomfim de Castro, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 109.831, profissionalmente estabelecidos na Rua da Conceição, nº 141, sala 1310, Centro, Niterói, RJ, CEP 24.020-085, email: contato@bomfimdecastro.com.br, aos quais confere os poderes da cláusula *ad judicia et extra* para representá-la perante o a **PROCESSO Nº 50050.006958/2023-91, Edital nº 55/2024**, da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S/A (**INFRA S.A.**), podendo para tal fim representá-la perante o referido Órgão e demais órgãos da Administração Pública correspondente, protocolizando petições, manifestações, recursos, contrarrazões de recurso, transigir, acordar, discordar, firmar declarações e termos de compromisso, solicitar cópias, vistas de processos, fazer requisições, e tudo mais que for necessário para o fiel cumprimento deste mandato, podendo inclusive substabelecer.

Santa Catarina, 24 de agosto de 2024.

INFRAS ENGENHARIA
Andre Marques

À Comissão de Licitação da INFRA S.A.

PROCESSO N° 50050.006958/2023-91

Edital n° 55/2024

INFRAS ENGENHARIA – LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 36.961.083/0001-00, localizada na Rua Bocaiuva, n° 2125, Florianópolis, Santa Catarina, SC, CEP: 88.015-530, devidamente constituída, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. André Marques, brasileiro, engenheiro, CPF n° 029.761.579-36, vem, com base no item 15 do edital da licitação informada em epígrafe, apresentar **RECURSO**, para tanto deduzindo os fatos e fundamentos a seguir expendidos.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsto no item 15 do edital, sendo aceita a intenção de recurso, será concedido prazo improrrogável de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de suas razões.

Lote 6 – SUPAQ/DIPLAN: Em fase de recursos em razão da classificação da 2ª colocada.

Prazo de recurso: até **26/08/24**

Prazo de contrarrazões: até **02/09/24**

Prazo de decisão da CPL: até **09/09/24**

Prazo da autoridade competente: até **16/09/24**

Assim, levando-se em conta a data da sessão que declarou o Consórcio Graf-Garin vencedor, e diante do informe acima, tem-se que o presente recurso está tempestivo.

II - DA SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de licitação para contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva, visando à elaboração de produtos de engenharia de Estudos e à Estruturação de Projetos vinculados ao PAC e inerentes às atividades finalísticas da INFRA S.A., visando atender às demandas da Diretoria de Planejamento, Diretoria de Empreendimento e Diretoria de Mercado e Inovação.

Após a sessão do certame e análise da documentação da empresa 2ª colocada, a mesma foi declarada vencedora.

Conforme ficará demonstrado, o consórcio deixou de cumprir com os termos do edital, pois as exigências quanto à qualificação técnica não foram cumpridas.

Neste sentido será comprovado a seguir que não há outra opção a não ser rever a decisão que declarou a empresa recorrida vencedora, inabilitando-a sob pena de se incorrer em ilegalidades e até em atos contrários ao interesse público da Administração.

III – DO DESCUMPRIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL EM RELAÇÃO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

No Termo de Referência - TR, item 5.11, há a determinação de que para a Comprovação Técnica Profissional é necessário atender aos requisitos de equipe constantes em planilha, assim como apresentar a equipe mínima referente aos profissionais indicados. **Isto é, na falta de qualquer profissional a empresa não estará atendendo ao edital** sendo consequentemente um motivo claro de DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO.

Nos termos do TR, item 5.11, subitem a, b e c, para a qualificação técnica profissional são necessários apresentar alguns documentos para comprovar a sua FORMAÇÃO, que poderão ser: diplomas (ou equivalentes), emitidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC; EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, através de atestado, certidão ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e TEMPO DE EXPERIÊNCIA (para alguns profissionais), também através de atestado, certidão ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

“5.11. Comprovação, conforme os Requisitos da equipe constantes da Planilha, de vínculo, de no mínimo: uma equipe técnica para o modo Portuário/Aquaviário, para o grupo 6 - SUPAQ;

- a) Em relação ao requisito de formação: apresentação dos diplomas (ou equivalentes) requeridos para a função, emitidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC;
- b) Em relação ao requisito de experiência profissional: apresentação de atestado, certidão ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a experiência do profissional, conforme o caso.
- c) Em relação ao requisito de tempo de experiência: apresentação de atestado, certidão ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o tempo de experiência do profissional requerido, conforme o caso.”

Os itens 5.11.1, 5.11.2 e 5.11.3 do TR afirmam que serão consideradas atividades após a data de formação do profissional, e que serão contabilizados apenas os dias sucessivos e que **prazos concomitantes serão desconsiderados para a contagem do tempo de experiência**.

Para a equipe mínima exigida, a empresa deve apresentar ao menos 6 profissionais atendendo aos requisitos e experiências apresentados nas respostas aos questionamentos 5 e 6 do 2º Caderno de Perguntas e Respostas, abaixo indicados:

PERGUNTA 5: Referente ao documento Lote 05_06_DIPLAN - Termo de Referência _ Projeto Básico item "5.11. Comprovação, conforme o Requisitos da equipe constantes da Planilha, de vínculo, de no mínimo: uma equipe técnica para o modo Portuário/Aquaviário, para o grupo 6 - SUPAQ;" Entretanto não identifiquei nenhuma quadro com a equipe mínima para o Grupo 6.

RESPOSTA SUPAQ/DIPLAN: A informação consta na alínea b, do item 8.14, do Termo de Referência, reproduzida também no anexo I -E:

PERFIL DO PROFISSIONAL	REQUISITOS E EXPERIÊNCIA DOS PROFISSIONAIS	QUANTIDADE
Especialista em hidrovias, com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária	Com experiência superior a 8 anos em engenharia ou gestão hidroviária	1
Eng. Civil pleno com experiência em orçamento e projeto arquitetônico	Com experiência em orçamento e projeto arquitetônico	1
Advogado com experiência de 8 anos no setor portuário	Mínimo de 8 anos de experiência no setor portuário	1
Economista, com experiência em <i>business valuation</i>	com experiência em <i>business valuation</i>	1
Oceanógrafo, com experiência em hidrografia	Com experiência em hidrografia	1
Especialista em análise de dados de navegação interior	Especialista em análise de dados de navegação interior	1

Seguindo o que foi exposto acima, ficará demonstrado claramente que o Consórcio declarado vencedor NÃO apresentou a documentação mínima exigida para a qualificação técnica profissional, **motivo pelo qual deve ser inabilitado** do certame, por descumprimento do item 5.11 do TR. Senão vejamos.

ESPECIALISTA EM HIDROVIAS

Ressalte-se que para o perfil do profissional “Especialista em Hidrovias”, é requisitada uma **experiência superior a 8 ANOS em engenharia ou gestão hidroviária**.

Antes de prosseguir, é fundamental destacar a definição e diferença entre “hidrovias”, “PCHs” e “UHEs”, pois em seguida tal conceito será de extrema importância para um melhor entendimento dos atestados apresentados pelo consórcio.

Hidrovia (Waterway)

Via de navegação dentro de um rio, lagoa ou canal artificial com gabarito hidroviário padronizado
Fonte: Proposto – DAQ/DNIT.



Fonte: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-recebe-sugestoes-para-glossario-hidroviario-1/GlossrioHidrovirioREV13.pdf>

Hidrovia: São os trechos de rios navegáveis com canal delimitado, sinalizado e com gabarito hidroviário mantido, onde ocorrem o transporte aquático ou aquaviário realizado por embarcações (barcos, navios, barcas) que, por sua vez, podem ser: Marítimas (mares), Fluviais (rios) e Lacustres (lagos).



Fonte: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/dados-de-transportes/sistema-de-transportes/conceitos-hidroviarios#:~:text=Hidrovia%2C%20aquavia%2C%20via%20navegável%2C,rios%2C%20lagos%20ou%20lagoas%20navegáveis.>

Barragem (Dam)

Uma barragem, açude ou represa, é uma barreira artificial feita em cursos de água, para retenção de grandes quantidades de água. A sua utilização visa sobretudo abastecer zonas residenciais, agrícolas, industriais, produzir energia elétrica ou regularizar um caudal a fim de permitir a navegação.

Fonte: Plano Estratégico Hidroviário - PHE - DNIT ; Link: http://www.transportes.gov.br/images/TRANSPORTE_HIDROVIARIO/PHE/DIAGNOSTICO_AVALIACAO.pdf - Glossário - p. 852. Adaptado - Consórcio STE/Falconi.

Fonte: <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-recebe-sugestoes-para-glossario-hidroviario-1/GlossrioHidrovirioREV13.pdf>

Portanto, diante da explicação acima apresentada, baseada em informações oficiais, temos que:

Hidrovias: São rotas navegáveis, em corpos d'água tais como rios ou canais, que permitem o transporte de embarcações para o deslocamento de pessoas e mercadorias. O objetivo principal de uma hidrovia é a navegação e o transporte!

Barragem: É um componente essencial para o funcionamento de uma **PCH** ou **UHE**. É construída para controlar o fluxo de água de um rio e cria um reservatório ou acumula água para garantir o fluxo constante ou controlado, necessário para a geração de energia.

PCHs: São **Pequenas Centrais Hidrelétricas**. Elas são usinas hidrelétricas de menor porte que geram energia elétrica a partir da força da água, semelhante às grandes usinas hidrelétricas (UHEs), mas em uma escala menor.

UHEs: Abreviação de **Usina Hidrelétrica**, é uma instalação que gera energia elétrica a partir da energia potencial e cinética da água. As UHEs são responsáveis por grande parte da geração de energia elétrica em países com abundância de recursos hídricos.

Assim, diante do exposto, temos que **PCHs e UHEs** têm como objetivo principal a geração de energia elétrica, enquanto **hidrovias** são infraestruturas destinadas ao transporte de embarcações. Sendo assim, fica **ÓBVIO e EVIDENTE** que documentos apresentados com experiência em PCHs e/ou UHEs são inquestionavelmente diferentes de hidrovias, assim portanto **NÃO** podem ser considerados equivalentes ou similares, visto ao requisitado em edital.

O consórcio GRAF-GARIN apresentou 18 atestados do profissional José Mário Fernandes, tentando atender o item 1 “Especialista em Hidrovias”, sendo 14 destes atestados apresentados em fase de habilitação, 3 atestados na diligência nº 2 e 1 atestado na diligência de nº 3.

Ficará provado a seguir que, mesmo após apresentados documentos adicionais solicitados em diligências, não é possível demonstrar que tal profissional possui a experiência mínima de 8 anos em “engenharia ou gestão hidroviária”. Para tanto, passaremos a descrever cada atestado apresentado, com a finalização da conclusão inevitável que o profissional não possui o tempo de experiência exigido no edital

ATESTADO 1: Associação Pró Energia Renováveis - APROER

O atestado deixa claro que os serviços realizados pelo profissional estão relacionados ao reservatório **UHE Espora** e não a uma hidrovia (ver abaixo). E conforme as definições de hidrovias e UHE, **tal atestado NÃO** pode ser considerado como experiência em “engenharia ou gestão hidroviária”, conforme solicitado em edital.




ATESTADO TÉCNICO

17


A ASSOCIAÇÃO PRO ENERGIAS RENOVÁVEIS - APROER, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.179.285/0001-56, sediada na Avenida Coronel Carneiro Junior, nº 57, sala 404, Bairro Centro, no Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, CEP 37500-018, atesta para os devidos fins que a empresa **INSIGHT AUTOMAÇÃO E ENGENHARIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.206.360/0001-96, elaborou conforme o contrato 003/2016-CAV os serviços referentes a levantamentos topobatimétricos, implantação de seções de controle topobatimétrico, instalação de rede de vértices geodésicos, prestação de serviços técnicos em engenharia civil e análises geoespaciais, com a finalidade de atualização de curva Cota x Área x Volume conforme exigências da Resolução Conjunto ANA/ANEEL 03/2010.

O valor total do contrato é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Os trabalhos tiveram seu início em 08 de fevereiro de 2016 e término em 23 de fevereiro de 2016 e foram realizados na sede da Insight em Ilha Solteira e **no reservatório da UHE Espora, município de Aporé (GO).**

ATESTADO 2: Brasil PCH

O Atestado Técnico demonstra que foram realizados levantamentos topográficos e batimétricos (hidrográficos), modelagem digital da superfície e terreno, e ortofotos de PCHs, **não sendo identificado em nenhuma experiência em hidroviás**. E assim como no caso anterior, também **NÃO** pode ser considerado como comprovação de experiência em “*engenharia ou gestão hidroviária*”.

BRASIL PCH

21

referentes a levantamentos topográficos e batimétricos (hidrográficos), modelagem digital de superfície e terreno e fornecimento de ortofotos.

O valor total do contrato é de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

Os trabalhos tiveram seu início em 08 de março de 2017 e término em 30 de maio de 2017.

1. OBJETO

O objeto deste documento é atestar a execução dos serviços referentes a levantamentos topográficos e batimétricos (hidrográficos), modelagem digital de superfície e terreno e fornecimento de ortofotos.


2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Os empreendimentos contemplados nesta prestação de serviços são respectivamente:

- PCH's: São Simão, Calheiros, São Joaquim, São Pedro, Jataí, Monte Serrat, Bonfante e Santa Fé.

ATESTADO 3: CPFL Renováveis

O documento apresentado apresenta que foram realizados levantamentos de campo com a finalidade de SUBSIDIAR estudo de rompimentos de **BARRAGENS**, **não sendo identificados, muito menos comprovados serviços de “engenharia ou gestão hidroviária”**. Portanto, **NÃO** pode ser considerado como experiência em “*engenharia ou gestão hidroviária*”.

CPFL
RENOVÁVEIS

24

atestam para os devidos fins que a empresa **INSIGHT AUTOMAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.206.360/0001-96, elaborou conforme o contrato datado de 17 de maio de 2017 os serviços referentes a levantamentos topobatimétricos, levantamentos aerofotogramétricos e modelagens digitais de terreno e elevação.

O valor total do contrato é de R\$ 869.938,08 (oitocentos e sessenta e nove mil, novecentos e trinta e oito reais e oito centavos).


Os trabalhos tiveram seu início em 19 de maio de 2017 e término em 9 de fevereiro de 2018 e foram realizados na sede da Insight em Ilha Solteira e nas proximidades dos empreendimentos acima citados.

1. OBJETO

O objeto deste documento é atestar a realização de levantamentos topobatimétricos, levantamentos aerofotogramétricos e modelagens digitais de terreno e elevação com a finalidade de subsidiar estudos de rompimento de barragens e elaboração de plano de ação emergencial.

ATESTADO 4: UNESP

Acreditamos que o atestado apresentado **tenha sido apresentado por ENGANO**, pois seu objeto é projeto básico das estruturas e acessos da nova guarita/portaria do Campus II- Unesp Ilha Solteira, e **não tenha qualquer correlação à “engenharia ou gestão hidroviária”**. Sendo assim, tal atestado também deve ser DESCONSIDERADO como experiência do profissional.


Campus de Ilha Solteira

28

ATESTADO TÉCNICO


A UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.031.918/0015-20, sediada na AVENIDA BRASIL CENTRO, Nº 56, no Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, CEP 15.385-000, atesta para os devidos fins que a empresa **INSIGHT AUTOMAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.206.360/0001-96, elaborou conforme o cotação nº 63145 datada de 21/05/2018 os serviços referentes a elaboração de projeto básico das estruturas e acessos da nova guarita/portaria do Campus II - Unesp Ilha Solteira. O valor total do contrato é de R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais). Os trabalhos tiveram seu início em 6 de julho de 2018 e término em 13 de julho de 2018 e foram realizados na sede da Insight em Ilha Solteira e no campus II da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira.

1. OBJETO

O objeto deste documento é atestar a elaboração de projeto básico das estruturas e acessos da nova guarita/portaria do Campus II - Unesp Ilha Solteira.

ATESTADO 5: FURNAS

O documento apresentado demonstra conhecimento em elaboração de Curva Cota x Área x Volume (CAV), serviço muito utilizado em barragens, e que nesse caso é do empreendimento APM MANSO (Usina Hidrelétrica de Manso) e **não demonstra experiência em “engenharia ou gestão hidroviária”**, requisito este solicitado em edital, e por este motivo, também **NÃO** poderá ser considerado na experiência do profissional em questão.


Rua Real Grandeza, 219 - Botafogo
Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP - 22281-900
Tel: 55 21 2528-3112 Fax: 55 21 2528-5858

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2020
N.Ref. CSGC.A.E.430.2020
S.Ref.

INSIGHT AUTOMACAO E ENGENHARIA LTDA - EPP
R ERICO VERISSIMO, 313 - ILHA BELA
CEP: 15.385-000 - ILHA SOLTEIRA - SP
CNPJ: 13.206.360/0001-96

Assunto: Atestado de Capacidade Técnica

1. Atestamos, para fins de cadastramento e licitação, junto aos Órgãos Federais, Estaduais, Municipais, Empresas Públicas e Autarquias, que a empresa supra, prestou satisfatoriamente, para Furnas Centrais Elétricas S.A., CNPJ 23.274.194/0001-19, através do Instrumento Contratual nº **8000010868**, os serviços conforme abaixo:

1.1. Descrição: Prestação de serviços de engenharia para elaboração da Revisão de Curva Cota X Área X Volume (CAV) do Empreendimento APM MANSO, detalhado abaixo:

- Implantação de Rede de Vértices Geodésicos (RVG) por levantamento GNSS no total de 20 pontos;
- Verificação da base cartográfica com o devido enquadramento no PEC-PCD;
- Levantamento batimétrico por ecobatímetro monofeixe no quantitativo de aproximadamente 380 km²;
- Implantação de nove seções topobatimétricas para controle de sedimentos;
- Geração de Modelo Digital de Terreno integrando dados topográficos e batimétricos de todo o reservatório;
- Geração de base cartográfica integrando os dados topográficos e batimétricos;
- Cálculo da curva Cota x Área x Volume do reservatório.

ATESTADO 6: VOTORANTIM Energia

O atestado disponibilizado pelo consórcio, **também não apresenta qualquer experiência em “engenharia ou gestão hidroviária”**, o qual demonstra unicamente conhecimento em elaboração de Curva Cota x Área x Volume (CAV), utilizado em barragens, para o Empreendimento UHE Pedra do Cavalo, conforme demonstrado abaixo. Visto isso, este atestado também não pode ser considerado como comprovação de experiência do profissional visto ao requisito apresentado em edital.

37

VOTORANTIM
energia

São Paulo, 20 de agosto de 2021.

INSIGHT AUTOMACAO E ENGENHARIA LTDA - EPP
R ERICO VERISSIMO, 313
CEP: 15.385-000, ILHA SOLTEIRA/SP
CNPJ: 13.206.360/0001-96

Assunto: Atestado de Capacidade Técnica

TABELIONATO DE NOTAS COM FUNÇÃO DE PROTESTO - MURITIBA/BA
Rua Antônio de Castro, 209 Centro Tel: (75) 3424-2382
E-mail: notasescritas@notariomuritiba.com.br

Reconhecimento de firma por semelhança
DEJAIR SILVA DE LIMA

Dou Fé. Substituta - ADRIANA DOS SANTOS AMANCOS
Data/Hora da utilização: 24/09/2021 10:59:02

Selo(s): 1873.AB081187-0 Total: R\$55,40

EMOL.: R\$2,61	FGE: R\$0,10
Def. Pub.: R\$0,08	Fecom: R\$0,71
TFJ.: R\$1,85	FMMPEA: R\$0,05

1. Atestamos, para os devidos fins que a empresa supra, prestou satisfatoriamente, para VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A, CNPJ 10.656.452/0066-25, através do Instrumento Contratual nº **CW2356520**, os serviços conforme abaixo:

1.1. Descrição: Prestação de serviços de engenharia para elaboração da Revisão de Curva Cota X Área X Volume (CAV) do Empreendimento UHE PEDRA DO CAVALO, detalhado abaixo:

- Implantação de Rede de Vértices Geodésicos (RVG) por levantamento GNSS e nivelamento geométrico no total de 10 pontos;
- Mapeamento da área seca do reservatório com RPA (VANT) Classe A do padrão PEC_PCD para a escala 1:5.000, num total de 174 km²;
- Mapeamento da área molhada do reservatório por meio de levantamento batimétrico com ecobatímetro monofeixe num total de 121 km²;
- Implantação de seis seções topobatimétricas para controle de sedimentos;
- Geração de Modelo Digital de Terreno integrando dados topográficos e batimétricos de todo o reservatório, num total de 295 km²;
- Geração de base cartográfica integrando os dados topográficos e batimétricos, num total de 295 km²;
- Cálculo da curva Cota x Área x Volume do reservatório.

VO TÉCNICO EXPEDIDA PELO CREA-SP:
CyUzyfAGfakGz5dyCUF1sAFU.

ATESTADO 7: PORTPLAN - TEG

O Atestado Técnico informa que foram realizados estudos de engenharia para o novo píer de atracação no Terminal Exportador do Guarujá (TEG), porém também **NÃO demonstram que os serviços foram realizados em hidroviás**, motivo suficiente para **NÃO** considerar este documento como comprovação de experiência em “*engenharia ou gestão hidroviária*”, requisito do edital.

 **PORTPLAN** CONSULTORIA, PLANEJAMENTO
E ENGENHARIA PORTUÁRIA

ATESTADO TÉCNICO

A **PORTPLAN**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.343.483/0001-80, sediada na Rua Conceição de Monte Alegre, nº 937, Bairro Cidade Monções, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.563-062, atesta para os devidos fins que a empresa **INSIGHT AUTOMAÇÃO E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.206.360/0001-96, elaborou conforme o contrato assinado em 01/09/2021 os serviços referentes a estudos de engenharia para novo píer de atracação no Terminal Exportador do Guarujá (TEG). O valor total do contrato é de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Os trabalhos tiveram seu início em 01 de setembro de 2021 e término em 01 de julho de 2022 e foram realizados na sede da Insight em Ilha Solteira e no município de Guarujá (SP).

1. OBJETO

O objeto deste documento é atestar o pleno cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos para entrega dos serviços ora contratados, nas melhores práticas de engenharia e conforme as normas vigentes.

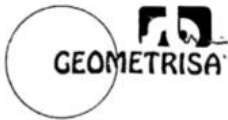
2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Os empreendimentos contemplados nesta prestação de serviços são respectivamente:

- Avaliação de infraestrutura existente;
- Avaliação das embarcações de projeto
- Coleta e análise de variáveis hidrometeorológicas
- Estudo de manobrabilidade e amarração
- Layout e posicionamento de estrutura de atracação

ATESTADO 8: GEOMETRISA

O documento apresentado, demonstra que o profissional realizou serviços de levantamentos de campo (topográficos, hidrográficos e de aerofotogrametria) que subsidiaram estudos para rompimento de **BARRAGENS** e plano de ação emergencial para a PCH Pedra Furada, e de mesmo modo **NÃO apresentou qualquer experiência em “engenharia ou gestão hidroviária”**, e apenas em Pequenas Centrais Hidrelétricas, o que **não são e nem podem ser considerados hidrovias**. E sendo assim, tal atestado deve ser **DESCONSIDERADO** como experiência do profissional.



ATESTADO TÉCNICO

A GEOMETRISA SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.809.622/0001-28, sediada na Avenida Brasil Norte 1380, Ilha Solteira/SP, CEP 15385-000, atesta para os devidos fins que a empresa **INSIGHT AUTOMAÇÃO E ENGENHARIA LTDA ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.206.360/0001-96, elaborou conforme o contrato celebrado em 04/01/2017 os serviços referentes a levantamentos topográficos, hidrográficos e de aerofotogrametria.

O valor total do contrato é de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Os trabalhos tiveram seu início em 12 de janeiro de 2017 e término em 20 de janeiro de 2017 e foram realizados na sede da Insight em Ilha Solteira.

1. OBJETO

O objeto deste documento é atestar a execução dos serviços referentes a levantamentos topográficos, hidrográficos e de aerofotogrametria.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Os empreendimentos contemplados nesta prestação de serviços são respectivamente:

- Levantamentos topográficos, hidrográficos e de aerofotogrametria.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços prestados se fazem necessário ao desenvolvimento de estudos para rompimento de **barragens** e elaboração de plano de ação emergencial para **a PCH Pedra Furada**, localizada próxima ao município de Ribeirão, no estado de Pernambuco.

ATESTADO 9: CESP

Conforme o atestado apresentado, assim como demais documentos, comprova-se que o profissional demonstra **experiência em levantamentos de campo para atualização da Curva Cota x Área x Volume (CAV), para os reservatórios das UHEs Paraibuna e Jaguari, NÃO demonstrando qualquer experiência em atividades em hidrovias.** Sendo assim, este atestado também deve ser **DESPREZADO** pela Comissão de Licitação, visto que **NÃO** atende ao exigido em edital.

TERMO DE ENCERRAMENTO E QUITAÇÃO AO CONTRATO Nº ASC/GGH/5003/01/2019

CESP – COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dra. Ruth Cardoso, nº 7221, 12º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, inscrita no CNPJ sob o nº 60.933.603/0001-78, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada “Contratante”.

INSIGHT AUTOMACAO E ENGENHARIA LTDA, localizada na Rua Érico Veríssimo, nº 313, bairro Ilha Bela, município de Ilha Solteira - SP, inscrita no CNPJ sob nº 13206360/0001-96, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada “Contratada”.

Contratante e Contratada denominadas, individualmente, “Parte” e, em conjunto, “Partes”.

Considerando que

- as **Partes** firmaram, em 10/04/2019, contrato para a prestação de serviços de Geodésia e Batimetria destinados ao atendimento que estabelece as orientações para Atualização da **Curva Cota x Área x Volume**, dos reservatórios das **UHE's Paraibuna e Jaguari**, cujas Sedes estão registradas nos municípios de Paraibuna/SP e São José dos Campos/SP, nº ASC/GGH/5003/01/2019 (“Contrato”), pelo período de 8 (oito) meses, tendo os serviços iniciado em 24/04/2019;
- os serviços foram efetivamente encerrados na data de término prevista no Contrato, qual seja, 24/12/2019; e
- as **Partes** pretendem formalizar o encerramento do Contrato.

Diante de tudo que fora exposto acima, resta cabalmente comprovando que tais atestados **NÃO** são e **NEM** podem ser considerados como experiência em “*engenharia ou gestão hidroviária*”!

Abaixo apresentamos o tempo efetivamente comprovado de experiência do profissional como “*Especialista em Hidrovias, com experiência em engenharia ou gestão portuária*”. Lembrando que conforme o **edital, é necessário comprovar no mínimo 8 anos de experiência**, considerando apenas os dias sucessivos explicitamente descritos nos respectivos atestados, e já desconsiderando dias sobrepostos.

ITEM	ATESTADOS	DATA INÍCIO	DATA FIM	DIAS (TOTAIS)	DIAS (VÁLIDOS)	OBSERVAÇÃO
1	Hidrovias do Paraná	23/01/2014	29/12/2014	340	340	
2	EBEI	30/12/2014	15/08/2015	228	228	
3	Louis Dreyfus (2)	31/08/2015	25/09/2015	25	25	
4	Louis Dreyfus	04/12/2015	10/01/2016	37	37	
5	Associação Pro Energias renováveis	08/02/2016	23/02/2016	15	0	Não há projeto de hidrovias neste atestado
6	GEOMETRISA	12/01/2017	20/01/2017	8	0	Não há projeto de hidrovias neste atestado
7	Brasil PCH	08/03/2017	30/05/2017	83	0	Não há projeto de hidrovias neste atestado
8	CPFL	30/05/2017	09/02/2018	255	0	Não há projeto de hidrovias neste atestado
9	Unesp - Ilha Solteira	06/07/2018	13/07/2018	7	0	Não há projeto de hidrovias neste atestado
10	Itahum export comercio e cereais	19/11/2018	29/03/2019	130	130	
11	APH	24/04/2019	30/10/2019	189	189	
12	CESP	30/10/2019	24/12/2019	55	0	Não há projeto de hidrovias neste atestado
13	Furnas	24/12/2019	19/06/2020	178	0	Não há projeto de hidrovias neste atestado
14	Portplan - Itajá	20/06/2020	01/05/2021	315	315	
15	Votorantim	14/05/2021	17/08/2021	95	0	Não há projeto de hidrovias neste atestado
16	Portplan- Guarujá	01/09/2021	01/07/2022	303	0	Não há projeto de hidrovias neste atestado
17	Portplan - Porto Murinho	20/07/2022	29/09/2023	436	436	
18	Furnas/ Garin Infraestrutura	01/10/2023	20/06/2024	263	263	
				TOTAL (dias)	2962	1963
				TOTAL (anos)	8,115068493	5,378082192

CONCLUSÃO DESTE TÓPCIO

Importante destacar que considerando as datas de início e fim de todos os atestados apresentados, seria comprovado mais de oito (08) anos de experiência profissional. Entretanto, como **alguns dos atestados do profissional** (em destaque na planilha acima) **NÃO** demonstram experiência em “*engenharia ou gestão hidroviária*”, e sim em **PCHs** ou **UHEs**, ao **se somar os dias não sucessivos a experiência deste profissional** chega-se a um **total de 5,38 anos**, **não cumprindo o requisitado em edital**.

Portanto, visto o que foi exposto acima, fica claro que o profissional **NÃO** atende ao exigido em edital, e nesse caso não há outra opção da Comissão de Licitação a não ser **INABILITAR** o consórcio.

ESPECIALISTA EM ANÁLISE DE DADOS

Para o profissional “Especialista em Análise de Dados de Navegação Interior”, como a própria denominação apresenta, tal profissional deve demonstrar como requisito de experiência “*Análise de Dados de Navegação Interior*”.

O Consórcio declarado vencedor indicou para esta função a profissional Carla Acordi, a qual apresentou 3 atestados e 1 sumário executivo.

Conforme a planilha de análise de qualificação técnica elaborado pela Comissão de Licitação (ver abaixo), dos 4 documentos apresentados, **apenas 1 dos documentos foi aceito.**

#	ATESTADO			ANÁLISE	
	CONTRATANTE (Informar o nome da entidade contratante e sigla)	OBJETO ATESTADO (Descrição do objeto do atestado)	PÁGINA DA COMPROVAÇÃO (nº pág. do pdf)	JUSTIFICATIVA	ACEITAÇÃO
				<i>Observação: O TR não exigiu anos de experiência para esse profissional.</i>	SIM
1	Governo do Estado do Paraná	Levantamento das Potencialidades das Hidrovias do Estado do Paraná	Sumário Executivo 2014	Não há comprovação das atividades realizadas individualmente pela candidata. Não há informação quanto ao tempo inicial e final das atividades. Se trata de um Sumário Executivo realizado por vários técnicos.	Não
2	Mind Estudos e Projetos de Engenharia Ltda.	serviços de consultoria especializada para estudo de demanda e análise da viabilidade econômico-financeira da instalação e serviços de transporte hidroviário entre Joinville (Vigorelli) e São Francisco do Sul (Glória/distrito Sai)/SC.	Atestado emitido pela Mind		SIM
3	Technion Engenharia e Tecnologia Ltda.	Serviços de consultoria para desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica econômica e ambiental do transporte aquaviário de passageiros entre o aeroporto Santos Dumont e o aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim.	Atestado emitido pela Technion	Não há compatibilidade com as atividades realizadas (transporte de passageiros) com as atividades desejadas (modal hidroviário, dados de navegação interior e logísticos)	Não
4	Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária-FAPEU	"UFSC 262/2018 - Apoio Técnico no Planejamento de Investimentos do Setor de Aviação Civil- 046/2018". projetos de pesquisa econômica, de mercado e de viabilidade econômica, dentre outros. Participar do planejamento estratégico e de curto prazo e avaliar políticas de impacto coletivo para o governo, ong e outras organizações. Gerir programação econômico financeira; atuar nos mercados internos e externos; examinar finanças empresariais. Pode exercer mediação, perícia e arbitragem.	Atestado emitido pela FAPEU	Não há compatibilidade com as atividades realizadas (projeto de pesquisa, viabilidade econômica, planejamento estratégico, finanças empresariais etc.) com as atividades desejadas (modal hidroviário, dados de navegação interior e logísticos)	Não

O único documento aceito pela comissão é o atestado emitido pela empresa MTCN, entretanto demonstraremos que tal atestado, assim como os demais documentos, também **NÃO** são compatíveis com a atividade requisitada em edital, visto que **a atividade realizada refere-se a movimentação de passageiros e automóveis**. Este atestado tem atividades muito semelhantes àquelas descritas no documento emitido pela Technion (item 3 da tabela acima), que, acertadamente, **NÃO** foi aceito pela comissão por não atender aos objetivos estabelecidos no edital.

De forma a facilitar o entendimento, abaixo segue a descrição das principais informações e atividades realizadas pela empresa MIND.

5.	INFORMAÇÕES GERAIS DO PROJETO
5.1.	Horizonte de planejamento: 35 anos
5.2.	Movimentação: passageiros e automóveis
5.3.	Direcionamento da análise: No caso específico do presente projeto, o Modelo Econômico-Financeiro foi estruturado para apenas duas rotas, que se mostraram tecnicamente viáveis. Em suma, as análises foram afuniladas e aprofundadas para a Rota 1: Vigorelli ↔ Gibraltar, a qual trata-se da travessia atual e para Rota 2: Vigorelli ↔ Distrito do Sai.
5.4.	Rota selecionada: Com base nos resultados do modelo estruturado foi possível concluir que a Rota 1, a qual conecta as localidades de Vigorelli e Gibraltar, é a solução mais viável economicamente em um futuro processo de concessão do transporte aquaviário de veículos e passageiros na área de interesse.
5.5.	CAPEX total da rota 1 (Vigorelli e Gibraltar): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cenário 1 e 2: R\$ 33,5 MM ▪ Cenário 3: R\$ 39,5 MM
5.6.	CAPEX total da rota 2 (Vigorelli e Gibraltar): <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cenário 1 e 2: R\$ 49,2 MM ▪ Cenário 3: R\$ 61,7 MM

6.1. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA, ESTUDO DE MERCADO E ESTUDO DA ÁREA

- Análise socioeconômica: avaliação dos principais indicadores de Joinville e de seus municípios vizinhos (PIB, PIB *per capita*, Índice de Gini, IDH, etc.)
- Pesquisa de Campo para formar base de dados e Matriz Origem e Destino;
- Identificação de Polos Geradores de Tráfego (atratores);
- Pesquisa Origem e Destino e Preferência Declarada nos principais polos de atratores da região, mostrando a comparação entre os principais modais em relação a interesse direto, interferência do custo de passagem e tempo de duração da viagem e integração com usuário da modalidade de veículos, ônibus e demais modais;
- Levantamento do mapa base da rede de sistema viário e sistema de transporte da região;
- Projeções de crescimento para Matriz Origem e Destino para o horizonte de 30 anos;
- Modelagem do Potencial de Migração e comparativo com pesquisa de Preferência Declarada;
- Estatística comparada entre atratividade e tarifa em relação a modelagem e pesquisa declarada;
- Estudo das condições de acesso para veículos individuais e ônibus, bem como, indicação das áreas de espera de veículos, estacionamento, embarque e desembarque de passageiros e outros;
- Estudo de duração da viagem e tempo de espera entre viagens, apontando ainda a distância e tempo final das viagens até os polos atratores de origem e destino.

6.2. AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- Estimativa de tarifas e projeções de receita: Foi realizada a estimativa de tarifas com base em diferentes cenários, considerando ou não aporte público, além da identificação dos tributos aplicáveis (PIS, COFINS, ISS) para a projeção de receita líquida;
- Estimativa de custos e despesas operacionais: A estimativa dos custos de manutenção, depreciação e amortização do novo projeto foram realizados em concordância com o CAPEX originado dos estudos de engenharia, além dos custos operacionais do empreendimento, fixos e variáveis, como a mão de obra (pessoal, administrativo, operacional, suporte e comercial), utilidades (água, esgoto, eletricidade, comunicações), gerais e administrativos (material de escritório, limpeza e manutenção);
- Consolidação do modelo econômico financeiro: A modelagem financeira foi realizada a partir das premissas identificadas, com a consolidação dos estudos de mercado, de engenharia (Painel de controle, DRE's, Fluxo de caixa, CAPEX, OPEX, Depreciação & Funding), incorporando custos indiretos e contingências, variação da necessidade de capital de giro e otimização tributária (lucro real x lucro presumido) para então realizar as projeções financeiras e, pelo método do fluxo de caixa descontado e taxa de desconto previamente estabelecida, determinar e analisar os indicadores econômico-financeiro resultantes (VPL, TIR e payback) para avaliar a viabilidade econômica e operacional do projeto;
- Elaboração de matriz de riscos (identificação, alocação e mitigação) para o concessionário e para o poder concedente;
- Elaboração de matriz de responsabilidades para o concessionário e para o poder concedente;
- Apresentação do cálculo tarifário do fator "x", que vinculando o ganho de eficiência da concessionária e a possível redução da tarifa tanto para veículos quanto para passageiros;
- Elaboração e apresentação de metodologia para reajuste da tarifário anual.

Lendo todo o texto das atividades elaboradas e apresentadas no atestado, **AFIRMA-SE** que **NÃO há nenhuma comprovação de conhecimento em “Análise de Dados de Navegação Interior”**, e sim apenas uma análise Socioeconômica, **Estudo de Mercado e Estudo de Área; e Análise Econômica-Financeira** de um serviço de travessia de **passageiros e automóveis** entre as cidades de Joinville e São Francisco do Sul, ambas em Santa Catarina.

Como **tal documento** também **NÃO** demonstra experiência em **modal hidroviário, dados de navegação interior e logísticos**, este atestado também **NÃO** pode e **NEM** deve ser aceito pela Comissão de Licitação, ficando comprovado desse modo,

que o Consórcio não possui nenhuma comprovação de profissional Especialista em Análise de Dados de Navegação Interior, sendo mais um motivo claro de **INABILITAÇÃO**.

IV – DA JURISPRUDÊNCIA SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE SE CUMPRIR OS TERMOS DO EDITAL

Neste sentido, sobre a **necessidade de se cumprir as determinações do edital** em relação à qualificação técnico profissional, farta é a jurisprudência:

“APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO DE LICITAÇÃO - AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO EXIGIDO PELO EDITAL, A TEMPO E MODO - INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE - LEGALIDADE - DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA - MANUTENÇÃO. Não cumprindo a impetrante os requisitos previamente contidos no edital de licitação para fins de habilitação, **deixando de apresentar documento nele expressamente exigido no edital no momento próprio**, não há que se falar em ilegalidade do ato que a desclassificou do processo licitatório. Não provido.’ (TJ-MG - AC: 10049140006955001 MG, Relator: Judimar Biber, Data de Julgamento: 16/08/2016, Câmaras Cíveis / 3º CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/09/2016)

‘APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - DESCLASSIFICAÇÃO - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO DIVERSO DAQUELE EXIGIDO PELO EDITAL - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO - PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - SEGURANÇA DENEGADA - RECURSO DESPROVIDO. A licitação é ato estritamente vinculado aos termos da lei e às previsões editalícias não se afigurando possível a supressão de critério legitimamente adotado pelo edital, aplicável indistintamente a todos os proponentes. Não há direito líquido e certo do impetrante em prosseguir no certame, quando, na fase de habilitação, **deixa de apresentar licença ambiental, expressamente exigida no edital**, juntando documento diverso.’ (TJ-MG - Apelação Cível 1.0290.13.000607-2/001, Relator (a): Des. (a) Ângela de Lourdes Rodrigues, 8º CÂMARA CÍVEL, julgamento em 18/02/2016, publicação da sumula em / 02/03/2016)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO. LICITAÇÕES. / DESCLASSIFICAÇÃO DE / CONCORRENTE. **AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL**. REGULARIDADE DO AGIR DA ADMINISTRAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. | Hipótese em que a empresa agravante, | concorrente em Edital de Tomada de | Preços lançado pelo Município de São Leopoldo,



deixou de apresentar a documentação exigida evidenciando os motivos pelos quais restou desclassificada. 'Inobservância dos requisitos previstos pelo Edital do certame que legitimaram o agir da administração. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME. (Agravado de Instrumento Nº 70059407577, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Laura Louzada Jaccottet, Julgado em 02/07/2014)

'PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. LICITANTE QUE, EM DESACORDO COM O EDITAL, APRESENTA DOCUMENTO SEM AUTENTICAÇÃO OU RECONHECIMENTO DE FIRMA. INABILITAÇÃO. 1. Não apresentada pela licitante-agravante a **documentação em conformidade com o edital**, ou seja, em original, cópia autenticada, ou em cópia simples mediante a apresentação dos originais para conferência e autenticação, **não há como considerá-la habilitada** ao fundamento de que se cuida de mera falha fortuita, **sob pena de malferimento ao princípio isonômico**. 2. Agravado desprovido. Inabilitação da agravante mantida.' (6º T., AG 200601000372322, DJ 14/05/2007).

Portanto, não há outra medida a ser adotada pela Comissão de Licitação a não ser rever a decisão que declarou o Consórcio vencedor, para torná-lo inabilitado, por descumprimento do edital, pois há falta de documentação exigida nos termos editalícios.

V – DAS QUESTÕES DE DIREITO RELACIONADAS AO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL

Ora o que é exigido no edital deve ser atendido em sua forma e especificação, **sob pena de descumprimento das normas editalícias criadas justamente para fornecer segurança jurídica aos licitantes.**

No REsp 1.384.138 / RJ, o Superior Tribunal de Justiça, por meio da lavra da decisão do Ministro Humberto Martins, afirmou que: **“Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame”**

A Administração Pública e os licitantes ficam restritos ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, **às propostas**, ao julgamento e ao contrato. Aliás, tal assertiva tem intrínseca relação com o que prevê o artigo 31, da Lei 13.303/16, que exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com o critério de avaliação constantes do edital.



*“Art. 31. As **licitações realizadas e os contratos celebrados** por empresas públicas e sociedades de economia mista destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, **da vinculação ao instrumento convocatório**, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo”.*

Além disso, a lei 13.303/16 especifica que são cláusulas necessárias nos contratos, a serem celebrados por conta da licitação realizada sobre a égide da norma, que o contratado mantenha as obrigações e as **mesmas condições de habilitação e qualificação** exigidas no curso do procedimento licitatório, conforme especifica o artigo 69.

“Art. 69. São cláusulas necessárias nos contratos disciplinados por esta Lei:

I -...

...

*VIII - **a vinculação ao instrumento convocatório** da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;”*

Pois bem, o edital exigiu a comprovação da habilitação técnica dos profissionais por meio de documentos que comprovem a qualificação destes profissionais.

Sobre outro prisma, não havendo a devida comprovação da qualificação técnica dos profissionais, futuramente poderá haver grandes prejuízos para a Administração licitante, haja visto o tempo gasto, o dinheiro e a mobilização para a realização do certame licitatório, que poderá ter seu objeto não realizado ou realizado com danos à Administração e aos administrados, caso a empresa não consiga prosseguir com os serviços licitados, por incapacidade técnica dos profissionais. O que pode gerar futuros atos de improbidade por parte dos gestores do certame.

Ainda em relação à qualificação técnica dos profissionais, o **consórcio** declarado vencedor **não demonstrou que possui profissionais qualificados, nos estritos termos do edital**, uma vez que houve falta de documentos que fossem capaz de demonstrar a qualificação técnica dos profissionais.

Em outras palavras, a qualificação técnica profissional visa demonstrar a capacidade técnica positiva dos profissionais que irão futuramente prestar os serviços objeto do certame, o que não foi comprovado.

Portanto, por dedução lógica, não existindo por parte do consórcio declarado vencedor a comprovação de qualificação técnica compatível com o objeto licitado, não poderá a Administração Licitante exigir no contrato a compatibilidade dos serviços correlatos com o que se espera com o certame. E não poderá o consórcio recorrido garantir, com base na sua (falta) de capacidade técnica profissional o cumprimento do objeto licitado.

E mais, a lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) sofreu alterações significativas com a Lei n.º 14.230, de 25 de outubro de 2021, que teve como principal mudança a restrição da punição pela prática de atos de improbidade administrativa apenas aos casos de **dolo**, excluindo a possibilidade de penalização por atos culposos. Ou seja, para que o agente público seja responsabilizado, é necessário demonstrar que ele agiu com a intenção consciente de cometer o ato ilícito, danoso ou que tenha ferido princípios da Administração Pública.

Portanto, diante do alerta feito nesta manifestação quanto à não demonstração da capacidade técnica dos profissionais do Consórcio recorrido, e havendo futuros danos quando da prestação dos serviços por parte dos profissionais deste Consórcio, **não poderá o Administrador alegar culpa ou desconhecimento do fato danoso.**

Não se pode olvidar que nosso sistema licitatório tem por escopo escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. E esta vantajosidade se infere das condições de realização do certame em conjunto com o que se espera do resultado da licitação. Ao final não interessa a contratação mais econômica se o objeto não puder se cumprido.

Vale ressaltar posição do professor José dos Santos Carvalho Filho, em semelhante linha de raciocínio, senão vejamos.

“Vistos os fatores alinhados no Estatuto como necessários à habilitação dos participantes, vale a pena averbar que tais fatores devem ser analisados dentro de critérios de legalidade e de razoabilidade a fim de que não seja desconsiderado o postulado da competitividade, expresso no art. 3º, parágrafo único, daquele diploma. Deve o administrador, ao confeccionar o edital, **levar em conta o real objetivo e a maior segurança para a Administração,** já que esta é a verdadeira *mens legis*.”

Não é despidiendo lembrar que o **cumprimento do edital** e as **disposições da Lei 13.303/2016** são fundamentais para **garantir a lisura, a eficiência e a integridade nos processos de contratação das empresas estatais**. A observância rigorosa dessas normas é essencial para **promover a igualdade de condições entre os participantes**, assegurar a transparência e proteger a administração pública e as empresas contra possíveis irregularidades e questionamentos jurídicos.

Portanto, diante de tudo que foi exposto, em respeito às normas legais que regem a matéria e aos princípios constitucionais norteadores da Administração Pública, é medida que se impõe que seja revista a decisão que declarou o consórcio recorrido vencedor.

VI - DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, a empresa Recorrente vem requerer:

- a) que o presente recurso seja recebido nos termos do edital e do artigo 59, § 1º da Lei Federal nº 13.303/16;
- b) que sejam os demais licitantes comunicados acerca da interposição do presente recurso para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal;
- c) que a Comissão de Licitação reconsidere sua decisão que declarou o consórcio recorrido vencedor, declarando-o inabilitado, para que o certame seja retomado, com o prosseguimento de suas ulteriores fases.

Atenciosamente.

Santa Catarina, 24 de agosto de 2024.

**PAULA
BOMFIM
DE CASTRO**
PAULA BOMFIM DE CASTRO
OAB/RJ 109.831

Assinado de forma
digital por PAULA
BOMFIM DE CASTRO
Dados: 2024.08.26
08:41:48 -03'00'

INFRAS ENGENHARIA - LTDA.
André Marques